RBCE
Revista Brasileira de Ciências do Esporte

Artigos Originais

Representações sociais do esporte entre gestores e proponentes de políticas públicas na Baixada Fluminense

Social representations of sport among managers and proponents of public policies in the Baixada Fluminense

Representaciones sociales del deporte entre gestores y proponentes de políticas públicas en la Baixada Fluminense

Thiago de Sousa Rosa[a]*, Denis Giovani Monteiro Naiff[a], Rayssa Fernanda Garcia Nogueira Palau[a], Ricardo Ruffoni[a]

Palavras-chave:
Esportes;
Política Pública;
Representação Sociais;
Fatores Sociais.

RESUMO

Este artigo analisa as representações sociais do esporte entre gestores e proponentes de políticas e projetos esportivos na Baixada Fluminense. Com base na teoria das representações sociais e na análise de políticas públicas, adota-se abordagem qualitativa, a partir de entrevistas com 32 participantes, analisadas por Análise de Conteúdo e Análise Lexical com apoio do IRAMUTEQ. Os resultados apontam uma representação instrumental do esporte, associada à transformação social, inclusão, prevenção e formação moral, orientada por uma racionalidade gerencial. Argumenta-se que essa configuração simbólica orienta a ação pública e restringe a compreensão do esporte como direito cultural.

Keywords:
Sport;
Public Policy;
Social Representations;
Social Factors.

ABSTRACT

This article analyzes the social representations of sport among managers and proponents of public policies and sport projects in the Baixada Fluminense. Grounded in social representations theory and public policy analysis, the study adopts a qualitative approach based on interviews with 32 participants, analyzed through Content Analysis and Lexical Analysis with the support of IRAMUTEQ software. The results indicate an instrumental representation of sport, associated with social transformation, inclusion, prevention, and moral formation, guided by a managerial rationality. It is argued that this symbolic configuration shapes public action and restricts the understanding of sport as a cultural right.

Palabras clave:
Deporte;
Política Pública;
Representaciones Sociales;
Factores Sociales.

RESUMEN

Este artículo analiza las representaciones sociales del deporte entre gestores y proponentes de políticas públicas y proyectos deportivos en la Baixada Fluminense. Basado en la teoría de las representaciones sociales y en el análisis de políticas públicas, el estudio adopta un enfoque cualitativo a partir de entrevistas con 32 participantes, analizadas mediante Análisis de Contenido y Análisis Léxico con el apoyo del software IRAMUTEQ. Los resultados señalan una representación instrumental del deporte, asociada a la transformación social, la inclusión, la prevención y la formación moral, orientada por una racionalidad gerencial. Se argumenta que esta configuración simbólica orienta la acción pública y limita la comprensión del deporte como un derecho cultural.

[a]Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro – UFRRJ. Rio de Janeiro, RJ, Brasil.

***Autor correspondente:**
Thiago de Sousa Rosa
E-mail: thiagosrosa@ufrrj.br

Recebido em 9 de fevereiro de 2026; aceito em 14 de maio de 2026.

Editores(as) responsáveis:

Editor Executivo: Pedro Otavio Pimpim Bezerra

Editor Associado: Christiane Macedo

Editor Assistente: Eduardo Klein Carmona

Editor Final: Ari Lazzarotti Filho

DOI: https://doi.org/10.1590/rbce.48.e20260018

Este é um artigo publicado em acesso aberto (Open Access) sob a licença Creative Commons Attribution (https://creativecommons.org/licenses/by/4.0/), que permite uso, distribuição e reprodução em qualquer meio, sem restrições desde que o trabalho original seja corretamente citado.

INTRODUÇÃO

O esporte ocupa, há décadas, lugar no discurso das políticas públicas brasileiras, sendo frequentemente mobilizado como estratégia de promoção da saúde, inclusão social e enfrentamento de desigualdades. No plano normativo, sua consagração como direito social encontra respaldo tanto na Constituição Federal de 1988 quanto em uma produção acadêmica que o compreende como dimensão constitutiva da cidadania (Brasil, 1988; Tubino, 2000). Ao mesmo tempo, o esporte segue sendo amplamente acionado como instrumento de intervenção social, especialmente em territórios marcados por desigualdades, revelando uma tensão persistente entre sua afirmação como direito e seu uso como ferramenta de governo.

Essa ambiguidade insere-se no próprio modo como as políticas públicas são concebidas e implementadas no Brasil. Como apontam Souza (2006) e Agum et al. (2015), políticas públicas não se reduzem a textos normativos ou programas formais, mas envolvem processos de decisão, disputas e interpretações no interior do Estado e da sociedade. No campo do esporte, esse caráter processual e conflitivo é ainda mais evidente, dada a heterogeneidade de arranjos institucionais, atores envolvidos e finalidades atribuídas às ações (Starepravo et al., 2009).

No plano concreto da ação pública, especialmente em regiões periféricas como a Baixada Fluminense, observa-se a coexistência de iniciativas estatais, parcerias com o terceiro setor e forte protagonismo comunitário, compondo um campo fragmentado e marcado por múltiplas racionalidades de intervenção. Nesse contexto, o esporte tende a ser mobilizado prioritariamente como resposta a problemas sociais, como violência, vulnerabilidade e exclusão, reforçando seu enquadramento como instrumento de prevenção e correção social (Bortoleto e Porrovecchio, 2018; Spaaij e Ryder, 2022).

Embora exista uma produção acadêmica consolidada (Souza, 2006; Starepravo et al., 2009; Bortoleto e Porrovecchio, 2018) sobre marcos legais, programas e impactos sociais das políticas de esporte, ainda são relativamente escassos os estudos que investigam de forma sistemática como os próprios gestores e proponentes dessas políticas constroem simbolicamente o papel do esporte na intervenção social. Essa lacuna é particularmente relevante porque, como indicam os estudos sobre implementação, são esses atores que, no cotidiano, interpretam diretrizes, definem prioridades e traduzem princípios abstratos em práticas concretas (Souza, 2006).

É nesse ponto que a teoria das representações sociais oferece uma chave analítica especialmente fecunda. Conforme proposto por Moscovici e desenvolvido por autores como Abric e Jodelet, as representações sociais constituem sistemas socialmente compartilhados de interpretação da realidade, que não apenas organizam percepções, mas também orientam práticas e legitimam formas de ação (Abric, 2001; Jodelet, 2001; Moscovici, 1978). Elas funcionam, portanto, como matrizes simbólicas da ação social e institucional.

Aplicada ao campo das políticas públicas de esporte, essa perspectiva permite deslocar o olhar do nível exclusivamente programático para o plano dos sentidos que estruturam a ação dos gestores. Trata-se de compreender não apenas o que eles fazem, mas como significam aquilo que fazem e por que determinadas formas de intervenção se tornam mais legítimas do que outras.

Nesse horizonte, o presente estudo tem como objetivo analisar as representações sociais do esporte entre gestores e proponentes de políticas e projetos esportivos atuantes na Baixada Fluminense. Parte-se da hipótese de que essas representações organizam-se em torno de uma concepção fortemente instrumental da prática esportiva, na qual o esporte é legitimado sobretudo por seus efeitos extrínsecos, como transformação social, inclusão, prevenção e formação moral, mais do que por seu valor cultural e social intrínseco.

Ao explicitar essa arquitetura simbólica, o artigo pretende contribuir para o debate sobre os fundamentos culturais e políticos das políticas públicas de esporte no Brasil, oferecendo elementos para uma reflexão crítica sobre seus limites e potencialidades em contextos marcados por profundas desigualdades sociais.

POLÍTICAS PÚBLICAS DE ESPORTE E REPRESENTAÇÕES SOCIAIS

As políticas públicas podem ser compreendidas como processos complexos que envolvem disputas, decisões, interpretações e formas específicas de operacionalização da ação estatal, não se reduzindo a normas, programas ou desenhos institucionais formais. Como destacam Souza (2006) e Agum, Riscado e Menezes (2015), elas constituem um campo de práticas e escolhas atravessado por interesses, valores e diferentes racionalidades, no qual a implementação assume papel tão relevante quanto a formulação.

No campo do esporte, essa característica processual e conflitiva se manifesta de forma particularmente intensa. Como apontam Starepravo et al. (2009), a consolidação das políticas públicas de esporte no Brasil ocorre em meio a indefinições conceituais, descontinuidades institucionais e disputas sobre seus objetivos e prioridades. Embora o esporte seja juridicamente reconhecido como direito social e como prática cultural (Brasil, 1988; Tubino, 2000), sua materialização enquanto política pública segue marcada por forte heterogeneidade de formatos, arranjos organizacionais e finalidades atribuídas às ações.

Na prática, observa-se a coexistência de iniciativas estatais diretas, parcerias com organizações do terceiro setor e forte protagonismo comunitário, especialmente em territórios periféricos. Esse mosaico institucional faz

com que a política de esporte se configure menos como um sistema unificado e mais como um campo fragmentado de projetos, programas e ações, frequentemente orientados por lógicas distintas e, por vezes, contraditórias.

Nesse contexto, a literatura sobre políticas públicas tem enfatizado o papel central dos atores responsáveis pela implementação. Longe de serem meros executores de decisões tomadas em níveis superiores, gestores e operadores da política interpretam, traduzem e, em certa medida, recriam a política no cotidiano da ação institucional, como já indicaram, por diferentes caminhos, autores como Souza (2006) e a tradição dos estudos sobre burocracia de nível de rua.

Essa constatação desloca o foco analítico da política enquanto texto para a política enquanto prática social. Mais do que dispositivos formais, políticas públicas são processos vivos, sustentados por decisões situadas, negociações e enquadramentos simbólicos. No campo do esporte, isso significa reconhecer que a forma como os gestores concebem o que é o esporte e para que ele serve influencia diretamente os formatos de projeto, os públicos priorizados e os critérios de avaliação das ações.

É nesse ponto que a teoria das representações sociais (Moscovici, 1978; Jodelet, 2001; Abric, 2001), oferece uma contribuição analítica decisiva. Desde a formulação original de Moscovici (1978), as representações sociais são compreendidas como sistemas de interpretação socialmente elaborados e compartilhados, que permitem aos sujeitos dar sentido à realidade e orientar suas práticas. Elas não se limitam ao plano das opiniões, mas constituem verdadeiras matrizes simbólicas da ação social.

A abordagem estrutural proposta por Abric (2001) aprofunda essa perspectiva ao demonstrar que as representações se organizam em torno de um núcleo central relativamente estável, articulado a elementos periféricos mais sensíveis ao contexto e às experiências cotidianas. Essa estrutura explica, ao mesmo tempo, a persistência de certos sentidos e a capacidade de adaptação das representações às condições concretas da prática social.

Como destaca Jodelet (2001) as representações sociais não apenas descrevem o mundo, mas produzem realidades, na medida em que orientam condutas, justificam escolhas e legitimam formas de ação. Aplicada ao campo das políticas públicas, essa perspectiva permite compreender que gestores e proponentes não operam apenas com critérios técnicos ou administrativos, mas também com quadros simbólicos que estruturam sua relação com o objeto da política.

No caso das políticas públicas de esporte, essa chave de leitura é particularmente pertinente, pois o próprio objeto é socialmente polissêmico. O esporte pode ser concebido como direito, como prática cultural, como meio de promoção da saúde ou como instrumento de intervenção social, e diferentes ênfases nesses sentidos produzem diferentes formas de política, diferentes prioridades e diferentes critérios de sucesso (Bortoleto e Porrovecchio, 2018; Spaaij e Ryder, 2022).

Dessa forma, ao articular o campo das políticas públicas de esporte com a teoria das representações sociais, este artigo parte do pressuposto de que compreender a ação dos gestores e proponentes exige analisar não apenas o que eles fazem, mas como eles significam aquilo que fazem. É nesse plano simbólico, muitas vezes pouco visível, que se estruturam as lógicas que orientam a ação institucional e que se definem, em grande medida, os contornos efetivos da política pública no território.

METODOLOGIA

O estudo adota uma abordagem qualitativa, de caráter exploratório e interpretativo, fundamentada no referencial da teoria das representações sociais e no campo da análise de políticas públicas.

A teoria das representações sociais, proposta por Moscovici (1978) e aprofundada por autores como Jodelet (2001) e Abric (2001), orienta o delineamento metodológico da pesquisa ao possibilitar a apreensão não apenas de posicionamentos individuais, mas de sistemas simbólicos socialmente construídos e compartilhados, os quais estruturam percepções, legitimam decisões e orientam práticas sociais. O recorte analítico apresentado neste artigo deriva de uma tese de doutorado mais ampla, cujo objetivo central foi analisar as representações sociais do esporte entre gestores e proponentes de políticas e projetos esportivos atuantes na Baixada Fluminense. A delimitação territorial justifica-se pelas profundas desigualdades socioeconômicas que caracterizam a região, associadas à significativa presença de iniciativas públicas e comunitárias voltadas ao esporte, configurando um contexto relevante para a investigação proposta.

No que concerne os aspectos éticos, a pesquisa foi submetida à apreciação e aprovado pelo Comitê de Ética em Pesquisa da Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro (CEP/UFRRJ), vinculado ao sistema CEP/CONEP, conforme parecer consubstanciado de nº7.378.525, associado ao Certificado de Apresentação de Apreciação Ética (CAAE) nº 85715424.9.0000.0311. A condução da pesquisa atendeu aos princípios éticos previstos na Resolução nº 466/2012 do Conselho Nacional de Saúde (Brasil, 2012). A participação dos entrevistados ocorreu de forma voluntária, sendo condicionada à leitura e à assinatura do Termo de Consentimento Livre e Esclarecido (TCLE). Previamente à assinatura, todos os participantes foram devidamente informados de que sua participação ocorreria de forma anônima, com garantia de confidencialidade das informações prestadas.

A pesquisa contou com 32 participantes, entre gestores públicos, coordenadores de projetos, lideranças do terceiro setor e profissionais diretamente envolvidos na formulação e execução de ações esportivas na região. A seleção dos participantes foi orientada por critérios de atuação direta no campo das políticas de esporte

e de diversidade institucional, de modo a contemplar diferentes posições no interior desse campo.

A coleta de dados foi realizada no ano de 2025, por meio de entrevistas semiestruturadas, estratégia amplamente utilizada em pesquisas qualitativas voltadas à compreensão de sentidos, percepções e racionalidades práticas. As entrevistas abordaram, entre outros aspectos, as concepções dos participantes sobre o papel do esporte, os objetivos atribuídos às políticas e projetos, os públicos atendidos e os principais desafios da atuação no território. Todo o material foi gravado, transcrito integralmente e organizado para análise.

O tratamento do corpus empírico foi realizado por meio de uma estratégia analítica combinada, que articulou Análise de Conteúdo (Bardin, 2011) com procedimentos de Análise Lexical Estatística, com o apoio do software IRAMUTEQ. Essa combinação permitiu, de um lado, identificar regularidades discursivas, campos semânticos e recorrências lexicais e, de outro, desenvolver uma leitura interpretativa orientada pelos pressupostos da teoria das representações sociais.

A análise buscou identificar os núcleos de sentido que estruturam as representações dos participantes sobre o esporte enquanto política pública, bem como as articulações entre esses sentidos e as formas de justificação da ação institucional. Em consonância com a abordagem estrutural das representações sociais, o foco não esteve na comparação individual de discursos, mas na reconstrução de uma arquitetura simbólica compartilhada que organiza o modo como esses atores pensam e legitimam sua atuação (Abric, 2001).

Por fim, é importante destacar que, coerente com a perspectiva adotada ao longo do artigo, o método não é aqui concebido como um conjunto neutro de técnicas, mas como parte integrante do próprio gesto analítico. Trata-se de uma opção metodológica voltada a compreender não apenas o que os gestores fazem, mas sobretudo como eles significam e justificam aquilo que fazem no interior das políticas públicas de esporte.

RESULTADOS

Com o objetivo de explicitar a organização analítica dos resultados, foi necessário a sistematização em seções que correspondem aos principais eixos estruturantes das representações institucionais do esporte identificadas nas entrevistas. Inicialmente, apresenta-se a arquitetura geral dessa representação, evidenciando sua relativa estabilidade e seus fundamentos normativos. Em seguida, os resultados são distribuídos em subseções que aprofundam cada um dos eixos centrais, o esporte como ferramenta de transformação social, como mecanismo de inclusão e prevenção e como dispositivo de formação moral e disciplinar, bem como uma racionalidade transversal relacionada à lógica de projeto, escala e impacto. Essa forma de apresentação visa favorecer a compreensão do sistema de sentidos que organiza os discursos dos gestores e proponentes de políticas e projetos esportivos na Baixada Fluminense.

A ARQUITETURA DA REPRESENTAÇÃO INSTITUCIONAL DO ESPORTE

As análises das entrevistas indicaram a presença de uma estrutura representacional relativamente estável e fortemente orientada por uma lógica instrumental. Em termos da abordagem das representações sociais, trata-se de um sistema de sentidos socialmente compartilhado que organiza percepções, legitima escolhas e orienta práticas no interior do campo da política esportiva (Moscovici, 1978; Jodelet, 2001).

Ainda que existam variações de ênfase entre os participantes, os discursos convergem para uma mesma matriz interpretativa, estruturada em torno de alguns eixos centrais relativamente consensuais. O que, na perspectiva de Abric (2001), corresponde ao funcionamento de um núcleo central normativo da representação. De modo geral, essa arquitetura simbólica articula três grandes eixos: (a) o esporte como ferramenta de transformação social, (b) o esporte como mecanismo de inclusão e prevenção e (c) o esporte como dispositivo de formação moral e disciplinar. A esses eixos soma-se uma racionalidade transversal de gestão orientada por projeto, escala e impacto.

O ESPORTE COMO FERRAMENTA DE TRANSFORMAÇÃO SOCIAL

O primeiro e mais recorrente eixo da representação institucional do esporte é sua concepção como ferramenta de transformação social. Nos discursos dos gestores e coordenadores, o esporte é apresentado como meio privilegiado para produzir mudanças nas trajetórias individuais e, em alguma medida, nas dinâmicas comunitárias. Essa forma de objetivação do esporte, no sentido moscoviciano do termo, transforma a prática esportiva em um dispositivo quase autoevidente de intervenção social (Moscovici, 1978).

Essa concepção aparece de modo particularmente explícito em um dos gestores entrevistados na seguinte fala:

> *O esporte é uma ferramenta de transformação social que possibilita potencializar várias habilidades. É a ferramenta de inclusão, onde a criança, o adolescente principalmente, é inserida e através dessa ferramenta vai abrindo outras portas, vai potencializando além da questão motora, mas a questão psíquica e vai dando uma visão de mundo para essa criança e adolescente*.

O que se observa aqui é a inscrição do esporte em uma gramática finalística e teleológica, na qual a prática esportiva é legitimada sobretudo por seus efeitos extrínsecos: mudança de comportamento, ampliação de horizontes e reorganização de trajetórias. Em termos da teoria das representações sociais, trata-se de um sentido fortemente normativo, que tende a ocupar posição

central na organização do sistema representacional (Abric, 2001).

Nesse registro, o esporte raramente aparece como valor em si mesmo ou como direito social e cultural. Ele é, sobretudo, um meio para outros fins, o que reforça seu enquadramento como tecnologia de intervenção social.

O ESPORTE COMO MECANISMO DE INCLUSÃO E PREVENÇÃO SOCIAL

O segundo eixo estruturante da representação institucional associa o esporte às ideias de inclusão social, prevenção da violência e proteção de crianças e jovens. Nos discursos analisados, é recorrente a associação entre participação em projetos esportivos e afastamento de situações de risco, como envolvimento com criminalidade, evasão escolar e exposição a contextos considerados moralmente perigosos.

Expressões como "tirar da rua", "ocupar o tempo" e "dar oportunidade" aparecem de forma reiterada, configurando um campo semântico no qual o esporte é representado como mecanismo de contenção e ordenamento social. Essa lógica é coerente com o que a literatura crítica sobre políticas sociais aponta como tendência à instrumentalização de práticas culturais em nome de agendas de controle e prevenção (Starepravo et al., 2009; Bortoleto e Porrovecchio, 2018).

Nesse enquadramento, a política esportiva é justificada menos por seu valor cultural intrínseco e mais por sua capacidade de corrigir déficits sociais previamente definidos. O público-alvo é construído prioritariamente a partir da noção de vulnerabilidade, e o esporte passa a operar como resposta a um problema social anterior à própria prática.

O ESPORTE COMO DISPOSITIVO DE FORMAÇÃO MORAL E DISCIPLINAR

O terceiro eixo central da representação institucional diz respeito ao papel formativo e disciplinar atribuído ao esporte. Nos discursos dos gestores, a prática esportiva é frequentemente associada à construção de valores como disciplina, respeito às regras, hierarquia, responsabilidade e autocontrole.

O esporte aparece, assim, como espaço privilegiado de socialização normativa, no qual os participantes não apenas desenvolvem habilidades corporais, mas também internalizam padrões de conduta considerados socialmente desejáveis. Essa dimensão formativa ocupa lugar central no sistema de justificação das políticas e projetos, reforçando a ideia de que o esporte deve "formar cidadãos" e "moldar comportamentos".

Do ponto de vista da teoria das representações sociais, esse tipo de atribuição revela novamente o caráter normativo do núcleo central da representação, que define não apenas o que o esporte é, mas o que ele deve produzir nos sujeitos (Abric, 2001; Jodelet, 2001).

A LÓGICA DE PROJETO, ESCALA E IMPACTO: QUANTIFICAR PARA LEGITIMAR

De modo transversal aos três eixos anteriores, emerge com força uma racionalidade gerencial, orientada por critérios de alcance, cobertura e volume de atendimento. A importância da ação institucional é frequentemente expressa em termos de números e escala, como ilustra o seguinte relato de outro gestor "Mais de 3 mil crianças e jovens já passaram aqui nesses 23 anos. [...] Hoje aqui nós atendemos diretamente 400 e poucas crianças. Tem uma fila de espera, então a demanda é muito grande."

Essa ênfase na quantificação não é apenas descritiva, mas funciona como critério central de legitimação da política. Quanto maior o número de atendidos, maior o valor social atribuído ao projeto. Essa lógica é coerente com o avanço de modelos de gestão pública orientados por resultados e indicadores, como discutido pela literatura sobre políticas públicas (Souza, 2006; Agum et al., 2015).

Nesse enquadramento, o sucesso da política tende a ser avaliado mais por sua visibilidade e extensão do que pela qualidade da experiência oferecida ou pela densidade dos vínculos produzidos.

UMA REPRESENTAÇÃO FORTEMENTE INSTRUMENTAL DO ESPORTE

Tomados em conjunto, os resultados indicam que a representação institucional do esporte entre gestores e proponentes na Baixada Fluminense é marcadamente instrumental, finalística e normativa. Em termos da abordagem estrutural das representações sociais, pode-se afirmar que o núcleo central dessa representação organiza-se em torno da ideia de esporte como meio privilegiado de intervenção social.

Essa arquitetura simbólica não é acidental. Ela reflete tanto as condições históricas de constituição das políticas sociais no Brasil quanto as pressões contemporâneas por resultados, impacto e visibilidade. Ao mesmo tempo, ela delimita o horizonte do pensável e do praticável no campo da política esportiva, orientando decisões, prioridades e formas de organização da ação pública no território (Starepravo et al., 2009; Souza, 2006).

DISCUSSÃO

Os resultados indicam que a política pública de esporte, no contexto investigado, é sustentada por uma representação social fortemente instrumental e finalística da prática esportiva. O esporte aparece concebido prioritariamente como meio para fins externos a ele próprio e não como direito cultural ou experiência social dotada de valor intrínseco. Essa constatação não deve ser lida como simples característica local, mas como expressão de uma racionalidade mais ampla que atravessa as políticas sociais no Brasil (Souza, 2006; Agum et al., 2015).

Do ponto de vista da teoria das representações sociais, pode-se afirmar que essa concepção ocupa a posição de núcleo central normativo da representação institucional do esporte, organizando e estabilizando os demais sentidos que circulam nos discursos dos gestores (Abric, 2001). Como destacam Moscovici (1978) e Jodelet (2001), as representações não apenas descrevem a realidade, mas a constroem simbolicamente, orientando práticas e legitimando escolhas. Nesse caso, o esporte é simbolicamente objetivado como tecnologia de intervenção social, o que delimita, desde o início, o horizonte do que pode ser pensado e feito no interior da política pública.

Essa arquitetura simbólica dialoga diretamente com a trajetória histórica das políticas de esporte no país. Como mostram Starepravo et al. (2009), o campo das políticas públicas de esporte no Brasil foi constituído de forma marcada por indefinições conceituais e por uma permanente oscilação entre a afirmação do esporte como direito e sua instrumentalização em agendas de controle, inclusão e prevenção. Os achados do presente estudo sugerem que essa ambiguidade não apenas persiste, como se cristaliza no plano das representações dos próprios gestores.

A centralidade dos eixos da prevenção, da ocupação do tempo e da formação moral reforça a leitura do esporte como dispositivo de governo dos corpos e das condutas, especialmente em territórios marcados por desigualdades sociais. Nesse enquadramento, a prática esportiva é mobilizada menos como expressão cultural e mais como resposta a déficits previamente definidos, o que converge com a literatura crítica que aponta a tendência à instrumentalização do esporte em políticas voltadas a populações vulnerabilizadas (Bortoleto e Porrovecchio, 2018; Spaaij e Ryder, 2022).

A presença transversal de uma racionalidade gerencial orientada por projetos, metas, escala e impacto mensurável reforça ainda mais esse viés instrumental. Como discutem Souza (2006) e Agum et al. (2015), a difusão de modelos de gestão pública orientados por resultados tende a privilegiar indicadores quantitativos e visibilidade da ação, frequentemente em detrimento da qualidade da experiência oferecida e da densidade dos vínculos produzidos. No caso analisado, a quantificação do atendimento aparece como critério central de legitimação da política, consolidando a ideia de que "mais" equivale automaticamente a "melhor".

Do ponto de vista das representações sociais, esse movimento contribui para reforçar a estabilidade do núcleo central instrumental da representação. Quanto mais a política é avaliada e justificada por seus números, mais se naturaliza a ideia de que o valor do esporte reside sobretudo em seus efeitos externos e mensuráveis, e não na experiência em si (Abric, 2001; Jodelet, 2001).

Essa configuração simbólica tem implicações importantes para a forma como a política pública de esporte é concebida e implementada. Ao definir previamente que o esporte deve servir prioritariamente à correção de problemas sociais, a ação institucional tende a subordinar a prática esportiva a agendas externas, limitando sua potência como direito, como experiência cultural e como espaço de produção de sentidos próprios. Como indicam Starepravo et al. (2009), essa subordinação histórica do esporte a outras finalidades é um dos fatores que fragiliza a consolidação de políticas esportivas estruturadas e continuadas no país.

Os resultados do estudo sugerem, portanto, que parte das dificuldades recorrentes das políticas de esporte não pode ser explicada apenas por limitações administrativas, financeiras ou de coordenação institucional. Elas estão também enraizadas em pressupostos simbólicos que organizam o modo como o próprio objeto da política é concebido. Quando o esporte é pensado quase exclusivamente como instrumento, a política tende a reproduzir formatos de intervenção que priorizam alcance e visibilidade, mas que têm dificuldade em produzir enraizamento territorial, continuidade e apropriação social efetiva.

Por fim, cabe destacar que a análise das representações dos gestores e proponentes não deve ser interpretada como julgamento moral de suas intenções. Ao contrário, trata-se de compreender os limites estruturais de uma gramática institucional que, ao mesmo tempo em que viabiliza a existência da política em determinados contextos, também restringe o horizonte do que o esporte pode ser e produzir no interior da ação pública. Nesse sentido, repensar as políticas públicas de esporte implica não apenas reformular programas e modelos de gestão, mas também recolocar em debate os sentidos que sustentam a própria intervenção estatal nesse campo.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Este artigo teve como objetivo analisar as representações sociais do esporte entre gestores e proponentes de políticas e projetos esportivos atuantes na Baixada Fluminense, buscando compreender quais são os núcleos de sentido que estruturam suas concepções e como esses sentidos orientam a ação institucional no território. Ao centrar o olhar nesses atores estratégicos, procurou-se iluminar uma dimensão frequentemente pouco visível das políticas públicas de esporte: o plano simbólico que sustenta, justifica e organiza a prática cotidiana da intervenção social.

Os resultados mostraram que a representação institucional do esporte é fortemente marcada por uma lógica instrumental, finalística e normativa. O esporte aparece predominantemente como ferramenta de transformação social, mecanismo de inclusão e prevenção e dispositivo de formação moral e disciplinar. Essa matriz simbólica se articula estreitamente a uma racionalidade de gestão orientada por projetos, metas, escala e impacto mensurável. Esse enquadramento reforça a inscrição das políticas de esporte em um modelo de intervenção

social voltado prioritariamente à correção de déficits e ao ordenamento de populações consideradas vulneráveis, em consonância com tendências mais amplas das políticas públicas no país (Souza, 2006; Starepravo et al., 2009).

Do ponto de vista teórico, o estudo confirma a fecundidade da articulação entre o campo das políticas públicas de esporte e a teoria das representações sociais, ao demonstrar que a política não é orientada apenas por normas, recursos e estruturas administrativas, mas também por quadros de sentido que delimitam o horizonte do pensável e do praticável no interior da ação institucional.

No que concerne o político-institucional, os resultados sugerem que repensar as políticas públicas de esporte exige mais do que ajustes técnicos ou administrativos. Exige uma reflexão crítica sobre os pressupostos simbólicos que sustentam sua concepção e sua legitimidade social. Isso implica recolocar no centro do debate o estatuto do esporte como direito e como prática cultural com valor próprio, e não apenas como meio a serviço de outras agendas.

O estudo apresenta, evidentemente, limitações. Trata-se de uma investigação situada em um território específico e centrada em um grupo particular de atores. No entanto, argumenta-se que as lógicas aqui identificadas não são exclusivas da Baixada Fluminense, mas expressam tendências mais amplas das políticas públicas de esporte em contextos marcados por desigualdades sociais e por modelos de gestão fortemente orientados por resultados.

Pesquisas futuras podem aprofundar essa agenda ao explorar comparativamente outros territórios, outros níveis de gestão e outros segmentos do campo esportivo, bem como ao investigar as tensões entre as representações dos gestores e aquelas construídas pelos beneficiários das políticas, abrindo caminho para uma compreensão mais integrada e crítica da ação pública no esporte.

Ao final, sustenta-se que compreender as políticas públicas de esporte exige olhar não apenas para seus programas e indicadores, mas também para os sentidos que as sustentam. É nesse plano simbólico que se definem, em grande medida, tanto os limites quanto as possibilidades da ação pública no campo do esporte.

FINANCIAMENTO

O presente trabalho não recebeu financiamento de agências de fomento públicas, privadas ou sem fins lucrativos.

CONFLITOS DE INTERESSE

Os autores declaram não haver conflitos de interesse.

DISPONIBILIDADE DE DADOS

Os dados que sustentam os resultados desta pesquisa não estão disponíveis em repositórios públicos. Eles permanecem armazenados no banco de dados da equipe de pesquisa e poderão ser disponibilizados pelos autores correspondentes mediante solicitação justificada, observados os aspectos éticos da pesquisa.

CONTRIBUIÇÃO DOS AUTORES

O autor Thiago de Sousa Rosa responsabilizou-se por criar a primeira e completa versão de um artigo e redigir texto original substancial dentro de uma seção ou entre seções de um artigo. Programação, desenvolvimento de software; projetar programas de computador; implementação do código de computador e algoritmos de suporte; Testando componentes de código existentes. E revisando, refinando a linguagem e fornecendo comentários e sugestões. O autor Denis Giovani Monteiro Naiff responsabilizou-se pela supervisão e responsabilidade de liderança pelo planejamento e execução da atividade de pesquisa, incluindo mentoria externa à equipe principal. Orientando equipes no aprimoramento dos métodos, interpretação de resultados e enfrentamento de desafios interpessoais. A autora Rayssa Fernanda Garcia Nogueira Palau responsabilizou-se por criar a primeira e completa versão de um artigo e redigir texto original substancial dentro de uma seção ou entre seções de um artigo. E fornecimento de opiniões de revisão, tabelas e materiais suplementares. O autor Ricardo Ruffoni responsabilizou-se pela preparação, criação e/ou apresentação do trabalho publicado por aqueles do grupo de pesquisa original, especificamente revisão crítica, comentário ou revisão – incluindo as etapas pré ou póspublicação e na Preparação, criação e/ou apresentação da obra publicada, especificamente redação do rascunho inicial (incluindo tradução substantiva).

REFRÊNCIAS

Abric JC. A abordagem estrutural das representações sociais. In: Moreira ASP, Oliveira DC, organizadores. Estudos interdisciplinares de representação social. Goiânia: AB; 2001. p. 27-38.

Agum R, Riscado P, Menezes M. Políticas públicas: conceitos e análise em revisão. Agenda Polít. 2015;3(2):12-42.

Bardin L. Análise de conteúdo. São Paulo: Edições 70; 2011.

Bortoleto MAC, Porrovecchio A. O esporte para além do esporte: desafios para políticas públicas. Rev Bras Ciênc Esporte. 2018;40(2):123-31.

Brasil. Constituição da República Federativa do Brasil de 1988. Brasília, DF: Presidência da República, 1988.

Brasil. Conselho Nacional de Saúde. Resolução no 466, de 12 de dezembro de 2012 [Internet]. Diário Oficial da União; Brasília; 2012 [citado em 2026 Fev 9]. Disponível em: https://www.gov.br/conselho-nacional-de-saude/pt-br/atos-normativos/resolucoes/2012/resolucao-no-466.pdf/view

Jodelet D. As representações sociais. Rio de Janeiro: EDUERJ; 2001.

Moscovici S. A representação social da psicanálise. Rio de Janeiro: Zahar; 1978.

Souza C. Políticas públicas: uma revisão da literatura. Sociologias. 2006;(16):20-45. https://doi.org/10.1590/S1517-45222006000200003.

Spaaij R, Ryder S. Sport, social mobility and disadvantaged youth. London: Routledge; 2022.

Starepravo FA, Nunes R, Marchi W Jr. Políticas públicas de esporte e lazer no Brasil: uma análise crítica. Movimento. 2009;15(4):241-62.

Tubino MJG. O esporte no Brasil: do período colonial aos nossos dias. São Paulo: IBRASA; 2000.